

# MP Nº 789

**CFEM como parte do debate sobre a renda mineral apropriada pelo Estado e sobre os impactos da extração mineral em escala global**

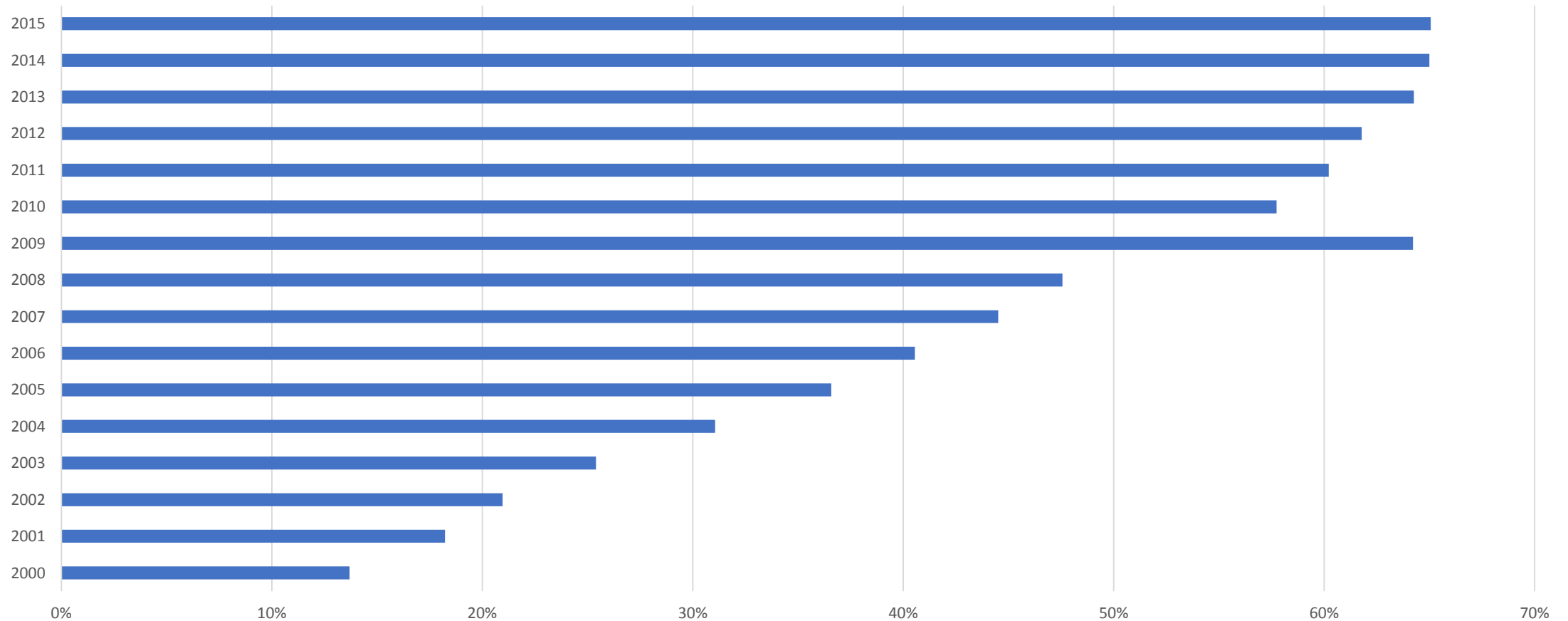


## Os números da CFEM: a excessiva concentração no minério de ferro...

- Em **2016** foi arrecadado R\$ 1.79 bilhão;
- Minério de ferro respondeu sozinho por R\$ 1,01 bilhão, **56% do total arrecadado**; seguido pelo Cobre (7%), Alumínio (6%), Manganês (2%);
- Entre 7.215 empresas, a Vale S.A respondeu sozinha por 35,51% do total arrecadado, seguido da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A com 10,39%;
- Em **2017** (até início de outubro) foi arrecadado R\$ 1,33 bilhão; o minério de ferro respondeu por **60% do valor arrecadado**;
- Entre 6.873 empresas, a Vale S.A respondeu por 40,8% do total arrecadado, seguido da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A com 9%.
- Minério de Ferro representa 75% do Valor da Produção Mineral do País.

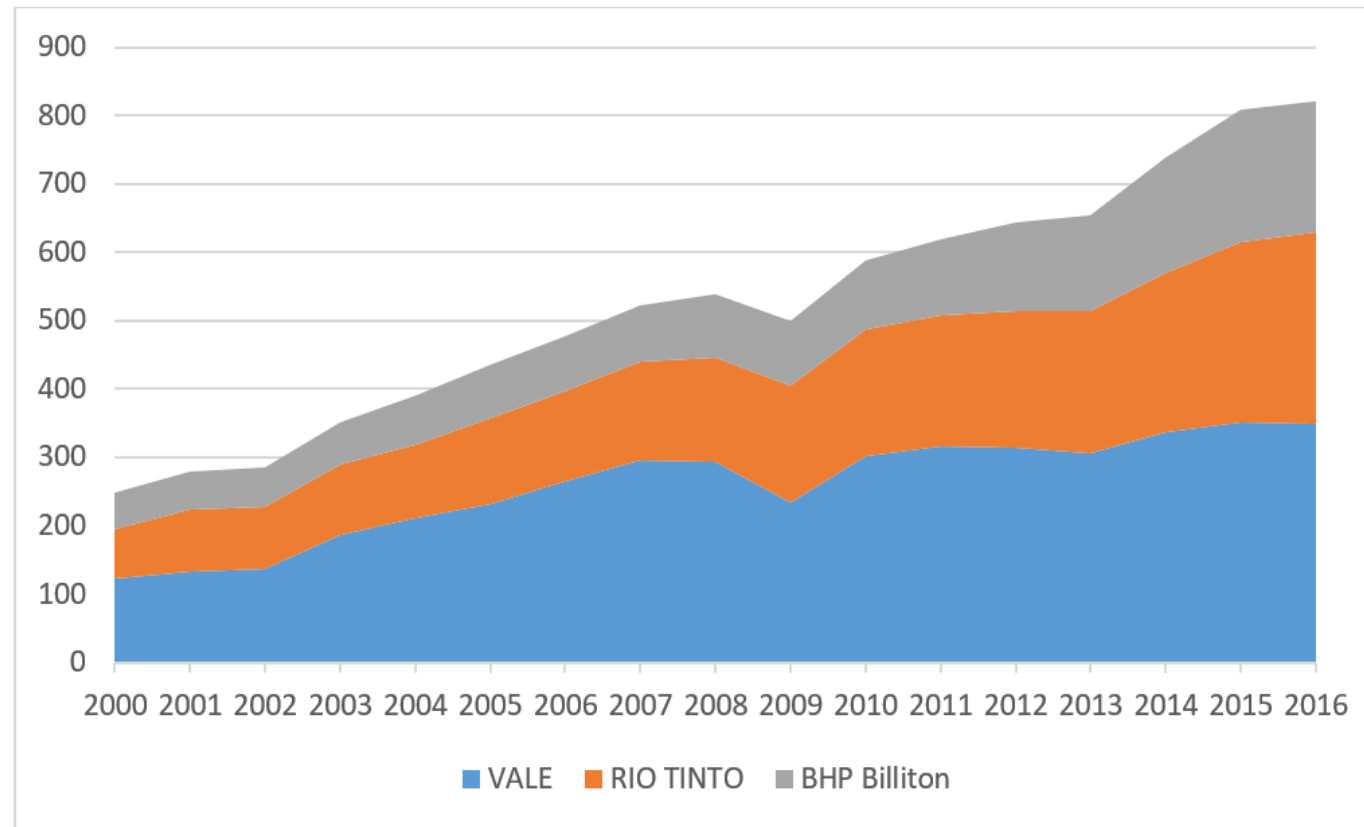
... um reflexo da gigantesca escala de extração vinculada à demanda chinesa:

**Gráfico 1: Participação da China na importação global de minério de ferro (2000/2015)**



## O comportamento da Produção de Minério de Ferro da Vale S.A e suas concorrentes frente ao ciclo de commodities:

**Gráfico 3: Produção de minério de ferro Big3 – em milhões de toneladas**



Mudando a ordem das coisas: a CFEM como parte do debate sobre renda mineral:

**Especificidades do setor que tornam a renda mineral uma questão chave:** recurso finito, patrimônio do Estado, sujeito à apropriação de rendas extraordinárias pelo setor, elevados impactos socioambientais, planejamentos tributários globais e agressivos, efeitos colaterais associados à “doença holandesa”.

**Quadro geral: reduzida capacidade de apropriação da renda mineral pelo Estado**

**CEPAL: El impacto fiscal de la explotación de los recursos naturales no renovables en los países de América Latina y el Caribe, mayo de 2015.**

Conclusão: Na região, os ingressos fiscais pagos pelo setor mineral, em termos absolutos, não guardaram uma proporcionalidade direta com o crescimento das rendas minerais. (...) Diferentemente do setor de petróleo, em termos gerais a região não incorporou nos seus regimes fiscais e contratuais aplicados à mineração instrumentos orientados para assegurar a progressividade da participação do Estado na renda do setor.

**MME (2009): Grupo de Trabalho (GT) formado por especialistas da SGM, DNPM, CPRM e Assessoria Econômica deste Ministério, conforme Portaria nº 220, publicada no Diário Oficial da União – Nº 149, Seção 2, p. 26, em 05 de agosto de 2008.**

Estudo concluiu que as **empresas extrativas eram relativamente pouco afetadas pela carga tributária**, tanto em função das **desonerações** quanto em termos comparativos internacionais.

No caso da Vale, a carga nominal foi estimada em 18% sobre sua receita bruta, notadamente menor do que a carga nominal incidente sobre as empresas fabricantes de aço, CSN (38%) e Usiminas (41%). Já sua carga efetiva foi estimada em 15%, enquanto na CSN foi estimada em 28% e Usiminas em 30%.

Utilizando a metodologia do “government share”, a partir de dados reunidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para diferentes países, o estudo evidenciou que o Brasil desponta como o menor nível de “government share”, bem distante da Austrália, por exemplo, que é a principal concorrente brasileira na venda de minério de ferro no mercado transoceânico.

# Amazônia: paraíso extrativista e tributário das transnacionais da mineração

## Incentivos fiscais concedidos pela SUDAM – 2007/2016\*

EMPRESA/PROJETO	CNPJ	MUNICÍPIO/ES	ATIVIDADE/PRODUTO	IRPJ	AFMM
CVRD/Bauxita <u>Paragominas</u>	33.592.510/0015-50	<u>Paragominas/PA</u>	Bauxita	75% IRPJ	
CVRD/UTE <u>Termoelétrica</u>	33.592.510/0045-75	<u>Barcarena/PA</u>	<u>Geração de energia</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2009</u>
VALE <u>Manganês S/A</u>	15.144.306/0032-95	<u>Parauapebas/PA</u>	<u>Manganês</u>	75% IRPJ	
VALE S.A./ Serra do Sossego	33.592.510/0009-01	<u>Canaã dos Carajás/PA</u>	Cobre, chumbo, <u>zinco</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2010</u>
VALE S.A/ Onça Puma	33.592.510/0075-90	<u>Ourilândia do Norte/PA</u>	Níquel	75% IRPJ	<u>Isenção/2013</u>
VALE S.A/S11D	33.592.510/0089-96	<u>Canaã dos Carajás/PA</u>	<u>Minério de Ferro</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2013</u>
VALE S.A/ Cristalino	33.592.510/0093-72	<u>Curionópolis/PA</u>	cobre, chumbo, <u>zinco</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2011</u>
VALE S.A/ Complexo Carajás	33.592.510/0370-74	<u>Parauapebas/PA</u>	<u>Minério de Ferro</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2011</u>
VALE S.A/ Estrada de Ferro Carajás	33.592.510/0426-63	<u>Marabá/PA</u>	Transporte de Cargas	75% IRPJ	<u>Isenção/2013</u>
VALE S.A/ Área Operacional de Pelotização	33.592.510/0434-73	São Luis/MA	<u>Pelotização</u>	75% IRPJ	
VALE S.A/Complexo Serra Leste	33.592.510/0451-74	<u>Curionópolis/PA</u>	<u>Minério de Ferro</u>	75% IRPJ	<u>Isenção/2013</u>

Fonte: SUDAM, elaboração própria.

\*Dados no site disponíveis para este período.

# Austrália estuda ampliar tributação:

SEPTEMBER 2016

A policy paper commissioned  
by the Minerals Council of Australia

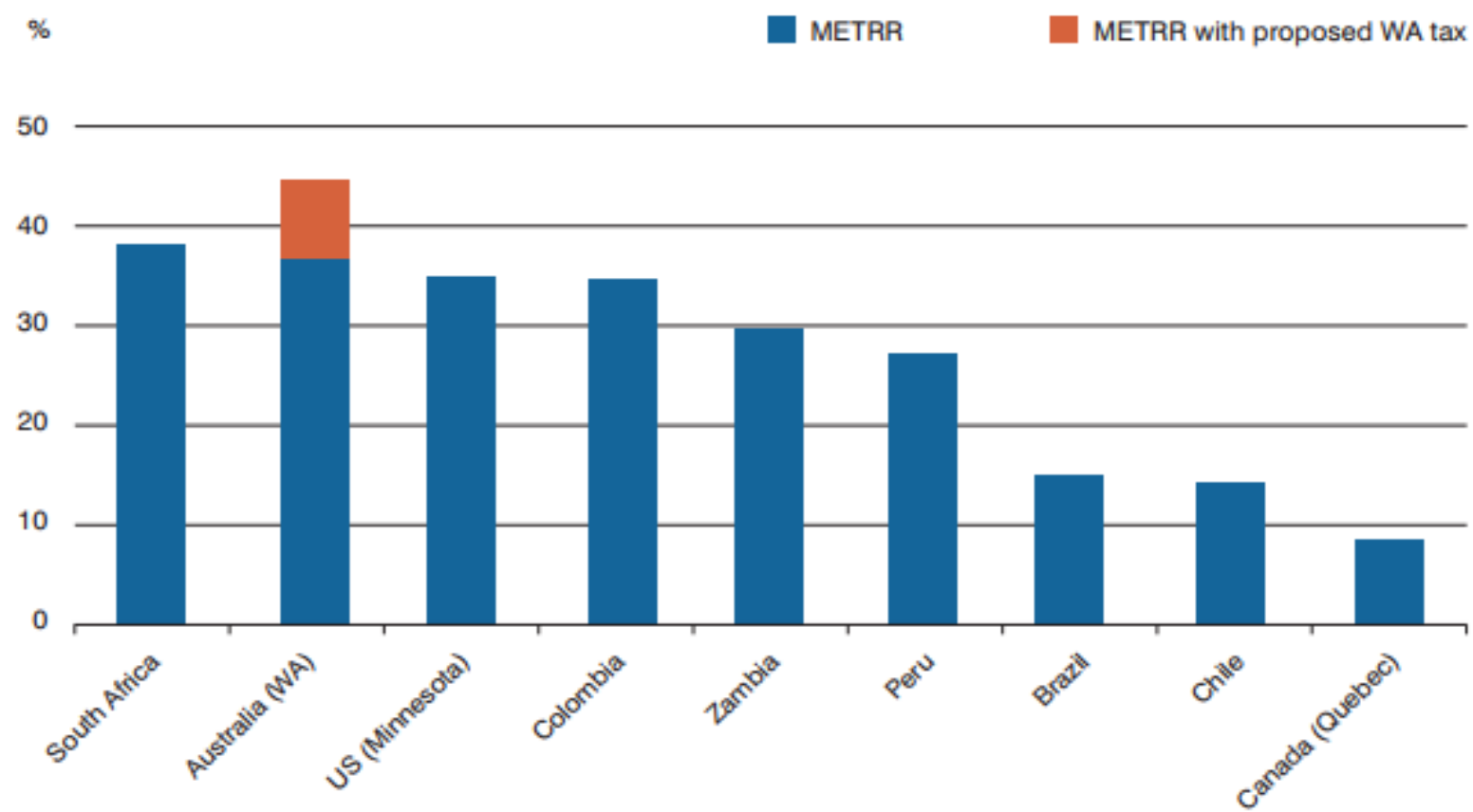
2016 Update

## **Effective tax rates on Australian mining and an evaluation of proposed increases in taxation of iron ore**

Duanjie Chen and Jack Mintz



**Chart 1**      **METRRs on iron ore mining (2016)**  
(Percentage)



# E por que não falar da Vale?

**“Podemos ser afetados de maneira negativa por mudanças nas políticas públicas ou por tendências como a nacionalização de recursos, inclusive pela imposição de novos impostos ou royalties sobre as atividades minerárias.** A mineração está sujeita à regulação governamental, incluindo impostos e *royalties*, o que pode causar um impacto financeiro importante sobre nossas operações. Nos países em que estamos presentes, estamos expostos a potencial renegociação, anulação ou modificação forçada dos contratos e licenças existentes, expropriação ou nacionalização de propriedades, controles cambiais, mudanças nas leis, regulamentações e políticas locais. Também estamos expostos a novos tributos ou aumento das alíquotas de impostos e *royalties* existentes, redução de isenções e de benefícios fiscais, renegociação de acordos de estabilização fiscal ou mudanças na base de cálculo de modo desfavorável à Companhia”.

**(Relatórios 20F, Vale)**

“A CFEM eu acho que é muito importante mencionar que a Vale, obviamente, ficou bem incomodada com a elevação de impostos contida nessa nova medida recém-publicada” (...) “Eu não vou falar de royalties, aí eu deixo para os meus colegas, mas é claro que quando você aumenta os royalties você afeta sua a competitividade e os nossos concorrentes devem estar rindo à toa”.

**(Diretor de Ferrosos da Vale, Nota apresentação resultados 1º semestre 2017)**

## Conclusões e sugestões:

- ✓ A lógica das empresas transnacionais é reduzir custos e gerar retorno aos seus acionistas. A lógica do Estado deve ser outra.
- ✓ Ampliar a apropriação da renda mineral pelo Estado Brasileiro: **CFEM é apenas um dos instrumentos**; é preciso rever isenções, desonerações e coibir planejamentos tributários agressivos.
- ✓ Criação de um **Fundo Socioambiental** com destinação para o meio ambiente, para populações/grupos afetados pela mineração, para evitar a “minerodependência” no médio prazo e para preparar os territórios para o fim da mineração;
- ✓ **Distribuição**: Uma tributação mais progressiva e justa ampliaria espaço para revisão da distribuição entre entes federativos;
- ✓ Definir **prioridades para o gasto** (via regulamentação e com previsão de participação social);
- ✓ Ampliar a **transparência**.

Obrigada!

Alessandra Cardoso  
Assessora Política do Inesc  
[alessandra@inesc.org.br](mailto:alessandra@inesc.org.br)